

País quer tratamento diferenciado

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — O governo brasileiro solicitou tratamento diferenciado para o reescalonamento de parte de sua dívida junto ao Clube de Paris, cerca de US\$ 2,3 bilhões de um total de US\$ 8 bilhões. Essa foi a primeira reunião plenária do Clube de Paris com as novas autoridades brasileiras, representadas pelo responsável da divisão de relações internacionais do Ministério da Fazenda, Álvaro Alencar, e pelo diretor do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas.

Até então, um único contato tinha sido mantido anteriormente pelo presidente do Banco Central, Fernando Bracher, com o presidente do Clube de Paris e com o governador do Banco da França, Michel Candesus. Agora, os dois representantes do governo brasileiro estiveram reunidos com os credores no Hotel Majestic, centro de conferências internacionais de Paris. Durante toda a terça-feira, numa reunião presidida por Jean Rosen. Ontem, pela manhã, reuniram-se separadamente com o presidente do clube de Paris, Jean Claude Trichet, também diretor do gabinete do super-ministro da economia da França, Edouard Balladur.

Na ocasião, reafirmaram a posição brasileira, que consiste em buscar um acordo com o clube de Paris mas sem passar pelo Fundo Monetário Internacional. Lembraram que, ainda recentemente, o Brasil pôde concluir um acordo com os bancos comerciais sem que tivesse negociado anteriormente um acordo com o Fundo. Como se sabe, uma das regras do Clube de Paris é de só admitir negociar o reescalonamento de dívidas após a conclusão de um acordo com o FMI, o que o Brasil continua se negando a fazer.

Segundo Álvaro Alencar, esse foi apenas um contato exploratório de lado a lado, um exame a nível de conceitos e posições, sem que tivessem sido feitas propostas específicas. Nesse contexto, discutiu-se a exigência do acordo com o FMI. Ele procurou demonstrar aos credores que, embora essa regra possa ter aplicação no caso de países que não efetuaram ajustes econômicos por sua própria capacidade, ou através de programas impostos pelo Fundo, a situação brasileira é diversa. A seu ver, não se coloca o problema da aplicação dessa regra, mesmo porque o Brasil já efetuou ajustes de suas contas externas e de suas finanças internas.

Para o diretor do Banco Central, Pádua Seixas, o tratamento diferenciado que o Brasil pleiteia não constituiria um precedente às regras, mas faria parte da "análise caso por caso", tão reivindicada pelos credores. Isso porque os ajustes que foram feitos já produzem resultados. Segundo ele, o fato de o Brasil não se submeter ao programa do FMI não deve ser obstáculo para uma boa evolução das negociações.

Álvaro Alencar considera que com os ajustes feitos na economia brasileira e com os resultados já obtidos fica muito difícil insistir para que o País recorra ao FMI. Essa precondição não se aplica a países como o Brasil, mas sim a países que não efetuaram por conta própria os ajustes indispensáveis de suas economias.

SEM ATRASO

O representante do Ministério da Fazenda nega que o Brasil não esteja pagando o principal e os juros do que foi reescalonado pelo governo anterior e que deveria ser amortizado a partir de janeiro de 1985. Álvaro Alencar explicou que não há qual-

quer atraso e que em relação ao período de consolidação, os pagamentos têm sido depositados normalmente no Banco Central, o que foi feito em comum acordo com o Clube de Paris.

Esses pagamentos deveriam ser incluídos nas negociações, mas elas não foram iniciadas, pois o Clube de Paris passou a exigir um acordo prévio com o FMI. Ora, essa não é a estratégia do governo do Brasil, o que impediu a abertura de negociações. Como ajustes econômicos foram feitos pelo governo brasileiro, será possível a abertura de negociações.

A partir de agora, vão prosseguir os contatos telefônicos entre o governo do Brasil e seus credores junto ao Clube de Paris e uma nova reunião plenária poderá ser realizada em maio, em Paris.

Os negociadores brasileiros querem repetir com o Clube de Paris o que foi feito com os bancos comerciais. Eles pretendem obter um acordo preliminar sobre esses US\$ 2,3 bilhões, US\$ 1,9 bilhão referentes às amortizações do ano passado e mais US\$ 320 milhões, vencimentos desses primeiros meses de 1986. Só posteriormente, no fim do ano, poderá ser retomada uma negociação plurianual, exatamente a mesma estratégia que obteve bons resultados com os bancos privados. Este ano devem vencer dívidas junto ao Clube de Paris no valor de US\$ 2 bilhões. E em 1987, mais US\$ 1,5 bilhão.

Na verdade, tudo não passa de um problema de semântica. Os negociadores brasileiros afirmam que não pleiteiam a abertura de um precedente, por isso seria muito difícil obter, mas apenas um tratamento diferenciado para o caso do Brasil, o que consideram possível. No fundo, as duas coisas são exatamente iguais.